



Comissão quer pena mais dura a motorista alcoolizado que mata



Comissão de juristas convidada pelo Senado para elaborar o anteprojeto do novo Código Penal: à mesa, Luiz Carlos Gonçalves, o relator; e Gilson Dipp, o presidente

Arthur Monteiro/ Agência Senado

Hoje, penalidade máxima para esse tipo de crime no trânsito é 3 anos de prisão; comissão de juristas que elabora anteprojeto do novo Código Penal propõe 8 anos

Na primeira rodada de votação de pontos do anteprojeto do novo Código Penal, a comissão de juristas encarregada da elaboração tratou de crimes contra a vida, a honra e a dignidade sexual. Decidiu que o anteprojeto vai enquadrar na modalidade culpa gravíssima os homicídios de trânsito

cometidos por motoristas embriagados em disputa de racha ou em excesso de velocidade. Hoje, esses homicídios costumam ser julgados como dolosos. As penas, com essa mudança, subirão. Os juristas têm até o final de maio para elaborar o anteprojeto do novo código, a ser analisado pelo Congresso. **3**

Banco do Brasil apoia seguro com renda para produtores rurais

Vice-presidente do Banco do Brasil, Osmar Dias disse em audiência que o governo gasta US\$ 2.800 para manter uma família no campo, mas cerca de US\$ 8 mil quando ela é deslocada para a cidade. **4**



Ana Amélia (C) conduziu audiência pública no Rio Grande do Sul, com parlamentares e representantes do setor rural, em que se propôs o seguro agrícola

Divulgação/Assembleia Legislativa do RS



Nardir/ gabinete do senador Flexa Ribeiro

Liberação da licença nas obras da usina de Belo Monte, no Pará, está condicionada a ações socioambientais do consórcio

Belo Monte garante ação socioambiental

A subcomissão que acompanha obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte cobrou mais agilidade nas obras socioambientais impostas para a liberação da licença. O consórcio responsável pela construção

assumiu o compromisso em audiência, reconhecendo que alguns pontos precisavam de atenção.

Os senadores do colegiado pretendem visitar o local a cada quatro meses. **4**

Comissão retoma na quarta projeto de reforma administrativa

Quarta-feira a CCJ se reúne para discutir a reforma administrativa do Senado, que prevê corte no número de funções comissionadas, extinção de secretarias e redução da terceirização. **2**

Proposta sobre salário feminino poderá ser alterada no Plenário

Hoje serão lidos os recursos de senadores para que vá para o Plenário o projeto de lei que fixa multa a quem paga à mulher salário mais baixo que o do homem na mesma função. **3**

Curta o Jornal do Senado no Facebook e fique por dentro do que acontece no Senado



facebook.com/jornaldosenado

Mudanças no Regimento Interno podem gerar economia de R\$ 150 milhões por ano, incluindo cortes nos gastos com terceirização, redução no número de funções comissionadas e extinção de secretarias

Reforma administrativa do Senado volta à pauta da CCJ

UMA ECONOMIA DE R\$ 150 milhões por ano é prevista como resultado do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 96/09, que altera o Regimento Interno da Casa com corte no número de funções comissionadas e extinção de secretarias. Conhecido como reforma administrativa, o projeto voltou à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Reunião sobre o tema está marcada para quarta-feira.

O último texto do projeto, substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado em julho pela subcomissão criada pela CCJ para analisar a reforma. O relatório atual, de Benedito de Lira (PP-AL), traz redução ainda maior que a prevista nos gastos com mão de obra terceirizada e, por consequência, nos contratos de terceirização. A medida, segundo o relator, poderá gerar economia de R\$ 48 milhões por ano. Os demais contratos de prestação de serviço também devem ter redução de, pelo menos, 30% no valor.



Benedito lê seu relatório, com emenda de Dornelles contra nepotismo

Benedito acata, em seu texto, emenda de Francisco Dornelles (PP-RJ) que proíbe nepotismo nos gabinetes. A proibição vale para cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau de senador, presidente do Senado ou qualquer pessoa que tenha cargo comissionado ou de função de confiança no mesmo gabinete.

Outras mudanças propostas por Benedito: redução do número de servidores da área de processo legislativo que podem ser lotados em gabinetes, alterações na distribuição de cargos da Comunicação Social

e ajuste na distribuição do espaço físico das unidades.

Entre as alterações já implementadas desde 2009, estão mudanças na regulamentação das cotas de passagens aéreas dos senadores, redução das despesas gerais da Casa e na área de saúde e cortes nas gratificações de servidores que participavam de comissões. Além disso, houve corte nas horas extras, instituição do controle de ponto por meio eletrônico, criação do Portal da Transparência do Senado e auditoria externa na folha de pagamentos.

Projeto que proíbe coligação se prepara para ir a Plenário

Começa a correr amanhã o prazo para a discussão em primeiro turno da PEC 40/11, uma das propostas mais polêmicas da reforma política.

De autoria de José Sarney (PMDB-AP), a PEC permite coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias (para presidente, governador e prefeito).

O intuito é evitar as "uniões passageiras ou por mera conveniência" durante as eleições proporcionais, geralmente sem afinidade entre os partidos coligados.

Essas coligações efêmeras, justifica Sarney, têm por objetivo aumentar o tempo de

propaganda eleitoral no rádio e na TV, viabilizar a conquista de número maior de cadeiras nas casas legislativas e permitir que partidos menores alcancem o quociente eleitoral.

A PEC do fim das coligações nas eleições proporcionais deverá ser votada definitivamente em Plenário em 21 de março, em sessão exclusiva para tratar da reforma política, conforme acordo feito pelos senadores.

Antes disso, a proposta deverá passar por cinco sessões de discussão em Plenário, votação em primeiro turno e mais três sessões de discussão em segundo turno.

Inácio Arruda sugeriu rejeição das propostas

Na CCJ, Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou voto em separado pela rejeição das propostas. Ele argumentou que proibir coligações restringe o direito de livre associação garantido pela Constituição.

De acordo com Inácio, sem coligações, seria difícil atingir o quociente eleitoral em muitos estados. Ele afirma que, em Roraima, apenas um partido teria atingido o quociente eleitoral no último pleito. Em mais seis estados e no Distrito Federal, somente dois partidos. O voto do senador foi derrubado em votação nominal, por 14 votos a 3.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Segunda-feira

Plenário

Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária de hoje será não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

CDH

Suicídio de índios

9h A Comissão de Direitos Humanos debate as causas do elevado número de suicídios de índios da etnia carajás na Ilha do Bananal.

Aviação Civil

Políticas públicas

17h A subcomissão ouve Claudio Simão, da Anac, e George Sucupira, da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, sobre políticas públicas para o setor.

CRE

Agenda internacional e Rio+20

18h A Comissão de Relações Exteriores promove o quarto painel da agenda internacional, sob o tema "Meio ambiente e conferência Rio+20."

Terça-feira

Previdência

Fundo de pensão

9h Audiência pública sobre o fundo de pensão Aerus na Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Mulher

Dilma recebe Prêmio Bertha Lutz

10h Sessão conjunta do Congresso para entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Entre as agraciadas, a presidente Dilma Rousseff.

CE

Datas comemorativas

11h A Comissão de Educação examina, entre outros, projetos que instituem o Dia Nacional da Advocacia Pública e o dos Direitos Humanos.

CAE

Ministro Guido Mantega

12h O ministro da Fazenda, Guido Mantega, comparece à Comissão de Assuntos Econômicos para falar sobre a economia do país.

CDR

Dívida de pequeno agricultor

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo discute as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

CPI da Mulher

Requerimentos

15h A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher se reúne para análise de requerimentos.

Quarta-feira

CAS

FGTS para financiamento

9h Entre os itens da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, projeto que permite a utilização dos recursos do FGTS para pagamento de financiamento habitacional concedido por entidades fechadas de previdência complementar.

CCT

Ministro Paulo Bernardo

9h Licitações de faixas para serviços 4G e telefonia rural em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Foram convidados o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o presidente da Anatel, João Batista de Rezende.

CCJ

Reforma administrativa

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto de reforma administrativa do Senado e proposta que prevê suspensão das atividades de empresa envolvida em falsificação de medicamentos, cosméticos e correlatos.

Código do Consumidor

Proposta de anteprojeto

11h Cerimônia de entrega do relatório final e anteprojeto elaborado pela comissão de juristas encarregada de atualizar o Código de Defesa do Consumidor, na sala de audiências da Presidência do Senado.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da **Comissão de Direitos Humanos (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Texto evita que médico de plano de saúde seja descredenciado

Dar estabilidade às redes credenciadas dos planos de saúde e garantir a qualidade do atendimento aos clientes são os principais objetivos de projeto de lei (PLS 165/11) que está pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Entre as medidas propostas, está a ampliação de 30 para 180 dias do prazo mínimo necessário para a comunicação da operadora à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e ao titular do plano de saúde de alterações na rede credenciada (clínicas, laboratórios, ambulatórios e médicos). Atualmente, a lei só contempla mudança em hospitais.

O projeto estabelece que o descredenciamento de médico seja “motivado, justo e executado mediante processo administrativo”, com direito a ampla defesa. O objetivo é evitar abusos prejudiciais ao profissional e aos beneficiários.

Na justificativa do projeto, o autor, Lobão Filho (PMDB-MA), diz que o descredenciamento é uma das mais frequentes razões de reclamação aos órgãos de defesa do consumidor. Ele ressalta que a proposta trará benefícios não apenas para os consumidores, mas também para os médicos.

O projeto, que será apreciado terminativamente pela CAS, tem parecer favorável do relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Cyro Miranda pede ação do governo para alavancar economia

Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou a pequena taxa de crescimento da economia brasileira em 2011 — 2,7%.

Na avaliação dele, o pequeno crescimento não pode ser atribuído, como pretendem analistas, à crise europeia, mas à desindustrialização que o país tem enfrentado em razão da falta de competitividade da indústria nacional.

— Diante desse quadro, o governo apressa-se em baixar os juros — graças a Deus! — para estimular o consumo, além de criar alguma forma de incentivo às indústrias.

Segundo ele, porém, essas medidas são “emergenciais”. O senador defende a revisão e o reequilíbrio das dívidas dos estados e dos municípios, “para dar dinamismo às economias regionais e retirá-las da condição permanente de reféns da União”.

Comissão de juristas que elabora anteprojeto do novo Código Penal propõe que pena máxima para motorista embriagado responsável por homicídio no trânsito suba de 3 para 8 anos de prisão; projeto também muda enquadramento de quem ajuda mãe a matar bebê

Proposta aumenta pena para morte provocada por motorista alcoolizado

O ANTEPROJETO DE novo Código Penal irá enquadrar na modalidade culpa gravíssima os homicídios de trânsito cometidos por motoristas em situações de embriaguez, disputas de rachas ou excesso de velocidade. Os crimes poderão ser punidos com prisão de quatro a oito anos. Hoje, as mortes no trânsito costumam ser julgadas como homicídio culposo, com pena de um a três anos.

A medida foi uma das inovações aprovadas na sexta-feira pela comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de Código Penal.

— Foi uma discussão sobre temas previamente discutidos na comissão, inclusive em audiências públicas, com eficácia espetacular nos resultados — disse o presidente da comissão, ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão, disse que a classificação como culpa gravíssima do homicídio cometido por motorista foi uma solução “moderada e razoável” para a criminalidade no trânsito.



Luiz Carlos Gonçalves e Gilson Dipp, respectivamente relator e presidente da comissão: solução “moderada e razoável”

Conforme explicou, nos crimes culposos há o reconhecimento de que não houve a intenção de matar. Nesses casos, a pena atual chega a três anos de prisão, o que vinha motivando crescente pressão social para o enquadramento na modalidade de crime doloso, com pena de seis a 20 anos de prisão.

— A solução prevista dispensa a necessidade de levar o fato a júri popular, porque, não sendo considerado crime doloso contra a vida, o juiz singular poderá decidir — ressaltou o relator.

Outro ponto foi a solução

para a questão do infanticídio.

Ele observou que, nas condições atuais, a pessoa que ajuda uma mulher que acaba de ter filho a cometer o crime não vem adequadamente penalizada.

Com as alterações aprovadas, no entanto, quem auxiliar a mulher no cometimento do crime não poderá mais se valer da situação de fragilidade da mãe: irá responder por homicídio, e não mais por infanticídio.

— É uma situação que leva a uma grave injustiça e que foi corrigida hoje — comentou o relator.

Confirmadas novas hipóteses para o aborto

Também foi aprovada pela comissão série de mudanças sobre aborto e crimes sexuais. Os juristas sugerem, por exemplo, que a interrupção dolosa da gravidez continue sendo crime, mas com ampliação dos casos em que a prática não é punida.

Além da gravidez resultante de estupro e no caso de grave risco de saúde à mulher — hipóteses já admitidas pela lei —, inseminação artificial sem concordância da mãe e doenças graves do feto, como a

anencefalia, poderão permitir o aborto legal.

No caso dos crimes sexuais, o estupro será subdividido em três modalidades: anal,

oral e vaginal. O objetivo é especificar melhor os crimes, abrangendo diversos níveis de violência, para definir penas adequadas a cada um deles.



Grupo faz manifestação antiaborto durante reunião da comissão de juristas

Discriminação salarial da mulher deverá ser examinada novamente

O Senado deverá reexaminar o projeto de lei que estabelece multa para empresas que pagam às mulheres salários menores do que os atribuídos aos homens pela mesma atividade.

Hoje, deverá ser lido em sessão da Casa recurso de nove senadores para que a proposta (PLC 130/11) — que poderia ir à sanção presidencial por ter sido aprovada terminativamente na Comissão de Direitos Humanos (CDH) — seja votada pelo Plenário.

A partir daí, abre-se a possibilidade de apresentação de emendas e de eventual exame da proposta pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), um dos subscritores do recurso, é debater na CAE texto que especifique melhor os casos de discriminação salarial.

De autoria do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), o projeto estabelece multa de cinco vezes a diferença de remuneração entre homens e

mulheres que desempenhem a mesma função na empresa, a ser paga à funcionária.

A matéria foi aprovada em 29 de fevereiro pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), destacou o fato de a multa não estar sujeita a desatualização monetária e ser revertida em favor da empregada discriminada.

Por decisão unânime, em 6 de março, a CDH aprovou relatório de Paulo Paim (PT-RS) favorável à proposição. O

Comissão do Código Penal debate crimes na gestão pública

A comissão de juristas que prepara anteprojeto de reforma do Código Penal realizará audiência no dia 23 para discutir mudanças nos capítulos que tratam dos crimes contra a administração pública.

O debate é aberto a todos os interessados, que poderão opinar sobre as propostas. Entre os crimes nesse capítulo, estão corrupção, tráfico de influência e fraude em concorrência pública.

As inscrições para participar do debate podem ser feitas pelo *site* do Senado (<http://bit.ly/codigoPenal>). No mesmo endereço, é possível acessar documento em que estão reunidas as propostas de alteração do código.

Entre elas, está o aumento da pena mínima para crime de corrupção passiva, de dois para três anos de reclusão. Também se sugere a fusão do crime de concussão (exigir vantagem indevida) com o crime de corrupção passiva (solicitar ou receber tal vantagem).

Em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, vice-presidente do banco propôs mudanças no sistema atual

BB defende seguro agrícola que garanta renda aos produtores

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), sexta-feira, na cidade de Não-Me-Toque (RS), Osmar Dias, vice-presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, propôs estender o seguro agrícola a todas as culturas e garantir aos produtores o recebimento de renda nos casos de desastres climáticos ou queda de preços dos produtos cultivados. O valor da cobertura seria dado pela diferença entre o valor previamente calculado para a renda esperada e o valor efetivamente produzido.

Citando estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Dias lembrou que o governo gasta US\$ 2.800 para manter uma família no campo, mas cerca de US\$ 8 mil quando ela é deslocada para a cidade. Ele disse que, nos Estados Unidos, 90% das propriedades rurais têm seguro; no Brasil, só 8% contratam o serviço.



Audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Rio Grande do Sul reuniu representantes do setor agrícola

O diretor do Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Luiz Antonio Corrêa da Silva, afirmou que, para ampliar a base de produtores segurados, é fundamental desenvolver ferramentas de transparência.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agri-

cultura do Rio Grande do Sul, Elton Roberto Weber, disse que a participação do governo no pagamento dos prêmios seria um avanço significativo.

Já o presidente da Cooperativa Triticola de Não-Me-Toque, Nei César Mânica, observou que a criação de sistema eficiente de seguro agrícola permitirá a eliminação das

frequentes renegociações de dívidas com o governo federal.

Respondendo a críticas do produtor rural José de Carvalho, de Douradina (MS), Dias argumentou que, apesar das falhas, a contratação de seguro ainda é melhor do que a renegociação de dívidas.

A reunião foi presidida por Ana Amélia (PP-RS).

Colegiado cobra agilidade na obras ambientais de Belo Monte

Senadores que integram a subcomissão que acompanha obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, cobraram mais agilidade na execução das condicionantes socioambientais impostas para a liberação da licença. Depois de diligência em Altamira (PA), quinta-feira, eles anunciaram que vão visitar o local a cada quatro meses e se reunir semanalmente.

O presidente do colegiado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que a Norte Energia S.A., responsável pela construção, reassumiu o compromisso das condicionantes. Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a execução deve acompanhar o conjunto das obras. O relator, Delcídio do Amaral (PT-MS),

disse que os senadores farão o possível para que isso ocorra.

O presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento,

reconheceu que alguns pontos precisam de atenção, mas cobrou empenho do poder público. Participaram ainda

Ivo Cassol (PP-RO), lideranças comunitárias, prefeitos e representantes do Ministério Público e do governo federal.



Senadores fizeram diligência em Altamira na quinta-feira e anunciaram que vão visitar o local a cada quatro meses

Comissão debate índice de suicídios entre indígenas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz audiência hoje para debater as possíveis causas do elevado número de suicídios de índios da etnia carajás na Ilha do Bananal, em Tocantins. Vicentinho Alves (PR-TO) foi quem propôs a audiência.

Para o debate, foram convidados o secretário de Justiça do Tocantins, Djalma Leandro; o procurador da República em Tocantins Álvaro Lotufo Manzano; e o secretário especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antônio Alves de Souza.

Como representantes dos índios, devem participar do debate o professor da Cátedra Indígena Internacional Marcos Terena; o cacique da aldeia Watau, Iwrraru Karajá; e o líder da etnia xerente, Ribamar Xerente.

Completam a lista de debatedores na audiência o coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Francisco Avelino Batista, e o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Augusto Meira.

Aviação civil

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, que funciona no âmbito da CDH, também fará audiência pública hoje. Com início previsto para as 17h, o encontro vai debater propostas de políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Estão convidados para o debate na subcomissão temporária o diretor de Aeronavegabilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Claudio Passos Simão, e o presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves, George William Sucupira.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Comissão de Assuntos Sociais aprova série de projetos para a área de saúde

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira série de projetos na área de saúde. As propostas tratam dos rótulos de medicamentos, da atividade física como fator determinante para a vida saudável e da ampliação das atribuições dos agentes comunitários.

Pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 461/11, de Humberto Costa (PT-PE), os rótulos e embalagens de medicamentos, drogas e produtos correlatos devem ser diferenciados de modo a não

confundir o usuário e, assim, evitar erro na administração.

A proposta estabelece, inclusive, que os produtos destinados a crianças deverão ter rótulos e embalagens que possibilitem fácil distinção dos indicados a adultos. Humberto justifica que, no Brasil, acontecem muitos acidentes em razão de erros na administração de medicamentos. O texto passou em decisão final e agora vai à Câmara.

Já o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 46/11 inclui na Lei Orgânica da Saúde

(Lei 8.080/90) a atividade física como um dos fatores determinantes e condicionantes para a vida saudável. Os demais são alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer e acesso a bens e serviços especiais.

Para a deputada Sueli Vidigal (PDT-ES), autora da proposta, o destaque para a atividade física é necessário para que as políticas públicas passem a considerar o fator como passível de

financiamento, de forma terapêutica ou preventiva.

Outra matéria aprovada pela comissão em decisão final amplia as atribuições do agente comunitário de saúde, que poderá fazer a coleta de dados sobre aspectos sociais, econômicos, sanitários e culturais da população atendida. O projeto (PLS 379/11) é do senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE).

Em voto favorável à matéria, o relator, Humberto Costa observa que

a ampliação das atribuições do agente comunitário de saúde permitirá melhor aproveitamento da estreita relação do profissional com a população. Assim, afirma ele, as informações obtidas poderão contribuir para tornar mais eficiente o atendimento prestado pelos serviços públicos de saúde.

A CAS também aprovou o PLS 460/11, de Ciro Nogueira (PP-PI), que considera abusiva a exigência de pagamento antecipado em atendimentos de emergência.